



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

A IMPRENSA EM PERNAMBUCO E OS JORNAIS HISTÓRICOS PERNAMBUCANOS

THE PRESS IN PERNAMBUCO AND THE HISTORICAL NEWSPAPERS OF PERNAMBUCO

Francisco de Assis Noberto Galdino de Araújo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Marcos Galindo Lima – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo apresenta considerações acerca da história da imprensa no Brasil e em Pernambuco. Tem como objetivo principal expor o processo de instalação da Imprensa em Pernambuco, intensificando seu olhar a partir dos Jornais Históricos Pernambucanos. Utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, numa abordagem qualitativa. Pontua o percurso histórico da implantação oficial da imprensa em Pernambuco. Conclui refletindo sobre a importância da preservação da memória pernambucana, através dos jornais centenários, que, como “raspas da história”, ressurgindo das suas “cinzas memoriais”, representam assim, uma esperança para manter viva a memória brasileira.

Palavras-chave: imprensa no Brasil; história da imprensa pernambucana; jornais centenários pernambucanos.

Abstract: This article presents considerations about the history of the press in Brazil and Pernambuco. Its primary aim is to explore the process of establishing the Press in Pernambuco, drawing special attention to the Pernambuco Historical Newspapers. It employs a bibliographical and documentary research, in a qualitative approach. It punctuates the historical path of the official establishment of the press in Pernambuco. This study concludes by highlighting the significance of preserving Pernambuco's memory through centennial newspapers. These newspapers, like "scrapings of history" resurfacing from their "memorial ashes", thus represent a hope to keep the Brazilian memory alive.

Keywords: press in Brazil; history of the pernambucano press; pernambucano centennial newspapers.

1 INTRODUÇÃO

Em seus mais de dois séculos de história a Imprensa Brasileira coleciona em sua memória registrada momentos marcantes acontecidos em âmbito local, regional, nacional e internacional. De acordo com Garabedian ([2021?]), o percurso histórico da Imprensa no Brasil se deu em maio de 1808 com a chegada da Família Real Portuguesa e implantação da Imprensa Régia (Imprensa Nacional). Em setembro do mesmo ano, oficialmente entrava em circulação o primeiro jornal publicado em âmbito brasileiro: a “Gazeta do Rio de Janeiro”, um periódico oficial da Imprensa Nacional que publicava notícias favoráveis ao governo português, documentos oficiais e informações da Família Real. Porém, um pouco antes disso, em julho do mesmo 1808, era publicado em solo londrino o primeiro número do “Correio Brasiliense ou Armazém Literário”, mais conhecido como “Correio Brasiliense”, um jornal de oposição ao governo português no Brasil. Mais adiante, em julho de 1821 entrou em circulação o “Diário do Rio de Janeiro”, noticiando conteúdos informativos, de abrangência nacional. De forma geral, é possível afirmar que os jornais no Brasil, em princípio, nasceram por meio de publicações de pequena proporção, na maioria das vezes em formato de “panfletos”, tendo em vista a sua rusticidade, praticidade e rapidez em circular. Como dito, oficialmente a imprensa brasileira é declarada implantada tendo como marco inicial a referida Imprensa Régia, que resultou na fundação e circulação de diversos jornais pelas regiões do país.

Face ao exposto, a imprensa emerge em Pernambuco poucos anos após a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro e Correio Brasiliense. Segundo Machado (2004) e Molina (2015), em 1817 “O Preciso [...]” figura como sendo o primeiro panfleto informativo a circular em Pernambuco. Porém, motivado pelos ideais liberais da Revolução Liberal do Porto de 1820, o conceito de “Imprensa Livre” ganhou impulso provocando personalidades históricas de Pernambuco a produzirem jornais, formando assim, uma espécie de rede de imprensa na região. Deste modo, o marco inicial deste período se deu através da publicação do “Aurora Pernambucana”, jornal que circulou entre março a outubro de 1821. Entre outros jornais pernambucanos publicados no primeiro quartel oitocentista, também se destacam: a “Gazeta Pernambucana” (setembro de 1822 a abril de 1824), o “Typhis Pernambucano” (dezembro de 1823 a agosto de 1824) e o “Diário de Pernambuco” (novembro de 1825 aos dias atuais).

Ainda nesse percurso histórico de mais de duzentos anos, a Imprensa Pernambucana vivenciou e noticiou diversos acontecimentos, inclusive, sofrendo censura em momentos

importantes da história do Brasil. Ou seja, acompanhou o nascimento, ressurgimento e encerramento de vários jornais impressos, não perdendo a sua essência de registrar os acontecimentos e atender as necessidades informacionais da sociedade pernambucana e brasileira. Em síntese, como “raspas da história” a Imprensa Pernambucana desempenha papel fundamental para a (re)construção da memória nacional.

Fundamentado nessas breves pontuações históricas, este artigo tem como objetivo apresentar o processo de instalação da Imprensa em Pernambuco, intensificando seu olhar para os jornais pernambucanos de valor históricos. Para tanto, utilizou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, numa abordagem qualitativa. Deste modo, as reflexões apresentadas nesta investigação teórica estruturam-se num tópico introdutório evidenciando sumariamente o percurso da imprensa e dos primeiros jornais brasileiros e pernambucanos; no segundo tópico são apresentadas pontuações históricas que antecedem a imprensa em Pernambuco; no terceiro tópico discute “As letras impressas em Pernambuco” evidenciando a implantação da imprensa em solo pernambucano; no quarto tópico tem-se lugar “Os primeiros jornais impressos pernambucanos” no período de 1800 a 1899. Por fim, as considerações finais reforçando o percurso escrito neste artigo e recomendando o aprofundamento do tema em futuras investigações.

2 AS LETRAS IMPRESSAS EM PERNAMBUCO

Oficialmente após o decreto de instalação da Imprensa Régia (Rio de Janeiro, 1808), o segundo estado brasileiro a inaugurar uma oficina tipográfica foi a Bahia, em 1811, sob a responsabilidade do livreiro e tipógrafo Manuel António da Silva Serva (Rizzini, 1988). Pouco tempo depois, a tipografia “desembarca” em solo pernambucano no ano de 1815, através da iniciativa de instalação de uma oficina na cidade do Recife, porém, somente em 1817 começou seus trabalhos por meio de licença concedida ao negociante Ricardo Fernandes Catanho.

Diante de um contexto controlado pelo reino português, em 1815, Catanho solicitou à Caetano Pinto de Miranda Montenegro (governador da Capitania de Pernambuco), licença para instalação de uma oficina tipográfica em Recife. No ano seguinte, em 22 de maio de 1816, o governador enviou um ofício para o ministro Marquez de Aguiar. Neste ofício do governador para o ministro apresentada por Costa (1891), evidencia a aquisição de uma tipografia inglesa recém-chegada a Pernambuco, que sob a responsabilidade de Ricardo Catanho, se

comprometeria em seguir as mesmas diretrizes censórias praticadas na tipografia baiana. Em resposta à solicitação do governador Caetano Montenegro, o ministro concedeu a licença de impressão por meio do “Aviso do Ministério do Reino de 9 de novembro de 1816”.

Após a concessão da licença de imprimir, Ricardo Catanho se viu diante de uma problemática: ter uma oficina tipográfica, mas não ter quem a fizesse funcionar, principalmente, por não encontrar na capital pernambucana alguém que soubesse manusear o prelo e a arte de impressão (Costa, 1891; Rizzini, 1988). Além disso, na esfera social, pode-se acrescentar a insatisfação dos pernambucanos com as mudanças políticas impostas por Portugal, que alicerçada pelos ideais liberais e iluministas difundidos na Revolução Francesa, bem como, da crescente participação de adeptos da maçonaria em suas reuniões secretas, fizeram eclodir a formação do movimento revolucionário que resultou no desenvolvimento da Revolução Pernambucana de 1817. Fator esse que foi o principal impulso para Ricardo Catanho conseguir solucionar a problemática operacional da tipografia e, no dia 28 de março daquele ano (Costa, 1891), finalmente a sua oficina iniciar as atividades tipográficas, contando com o auxílio de “dois frades, um inglês e um marinheiro francês” (Rizzini, 1988, p. 324). Dentre eles, destacou-se o inglês James Pinches, considerado como importante preceptor da tipografia pernambucana.

Diante disso, também é válido destacar a importância do revolucionário padre João Ribeiro Pessoa de Mello Negromonte para a concepção e desenvolvimento desta Revolução Pernambucana. Importância essa que se refletiu na história da imprensa pernambucana, pois foi sob sua administração que a “Officina Typographica da República de Pernambuco 2ª vez restaurada” (como foi nomeada em seus primeiros produtos impressos), imprimiu folhetos e obras favoráveis aos ideais liberais revolucionários, indo de encontro ao acordado na licença tipográfica concedida pelo ministro Marquez de Aguiar.

Mais tarde, com a intervenção das forças armadas vindas da Bahia e do Rio de Janeiro, a revolução foi perdendo seu potencial até ser derrotada. Em consequência disso, seus líderes e apoiadores foram severamente punidos, presos, mortos ou cometeram suicídio, como aconteceu com o padre João Negromonte. Assim, a monarquia foi reestabelecida e por ordem de D. João, o magistrado Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal foi nomeado como ministro. Deste modo, em 15 de setembro de 1817, enviou um aviso ao novo governador de Pernambuco, Luiz do Rego Barretto: “tomando o governo em consideração o infame abuso que se fez da officina typographica em Pernambuco, houve por bem cassar a licença que

concedeu por Aviso de 9 de Novembro de 1816 para o seu estabelecimento”, ordenando ao governador “que a mandasse fechar e remettersse o seu material para o Rio de Janeiro” (Costa, 1891, p. 31).

Acatando a ordem do ministro, o governador Luiz Barretto mandou recolher e inventariar as máquinas tipográficas e os papéis impressos deixados na oficina de Ricardo Catanho. Porém, de acordo com Costa (1891), Tavares (1917) e Rizzini (1988), tal ordem ministerial foi cumprida em partes pelo governador, o qual, a “Typographia dos Rebeldes” ficou apreendida entre 1818 a 1820 no armazém do Trem Real (Arsenal de Guerra), localizado no Poço da Panela, em Recife. Conforme Tavares (1917), somente em 1821, após a Revolução do Porto, a tipografia foi liberada e voltou a funcionar.

Deste modo, Costa (1891) acrescenta que após a ordem de entrega da oficina apreendida para a Corte Portuguesa, grande parte das peças tipográficas foram enviadas ao Rio de Janeiro e outra parte desses tipos ficaram em posse do governador. Munido dessa razoável quantidade de tipos, em 16 de março de 1821, Luiz do Rego “lançou mão d'ella e mandou fazer um prélo de madeira nas officinas do Trem” (Tavares, 1917, p. 155), para impressão de atos do governo. Assim, na “Oficina do Trem de Pernambuco” foram impressos naquele ano proclamações, notícias oficiais, avisos, trabalhos da Junta do Governo, entre outros papéis administrativos do governo (Costa, 1891).

Com os reflexos da “liberdade de imprensa” oriunda da Revolução do Porto, ao longo de 1821 a Oficina do Trem de Pernambuco lançava o periodismo pernambucano por meio da publicação de importantes jornais impressos. No ano seguinte (1822), passou a se chamar “Officina do Trem Nacional de Pernambuco” e consigo, a junta do governo provisório pernambucano sentiu a necessidade de estabelecer uma regularidade tipográfica dos jornais publicados. Assim, a Casa Comercial de Antonio da Silva & C. foi escolhida e teve a incumbência de encomendar em Londres o prelo de ferro e suprimentos necessários para abertura da “Typographia Nacional” (Costa, 1891). Destarte, a referida tipografia contribuiu para a história da imprensa ao publicar outros importantes jornais até ser vendida em 1823 para a Cavalcante & Companhia.

Ainda de acordo com Costa (1891), em 6 de outubro de 1824, a Typographia Nacional foi renomeada de “Imprensa Nacional” e ficou sob a responsabilidade do padre Miguel do

Sacramento Lopes Gama, até ser extinta em 6 agosto de 1825, por ordem do governo¹. Em vista disso, a tipografia ficou recolhida no armazém do Trem Militar até ser adquirida pelo revolucionário Antonino José Miranda Falcão em novembro de 1825, iniciando, assim, a publicação de jornal diário até os dias de hoje circulante.

Por fim, Costa (1891) ainda aponta que em Recife foram estabelecidas a “*Typographia Fidedigna*” (1827) e a “*Typographia do Cruzeiro*” (1829). Extrapolando os limites da capital pernambucana, a tipografia seguiu seus passos evolutivos ao ser levada ao interior da capitania, estabelecendo-se nas cidades de Goiana através da “*Typographia Particular do Gabinete Patriótico de Goyana*” (1824) e em Olinda com a “*Typographia de Pinheiro, Farias & C.*” (1831, sendo transferida para Recife em 1833).

Em síntese, o percurso evolutivo da tipografia pernambucana se fundamenta em duas linhas de pesquisas históricas: por um lado a suposta introdução tipográfica no “*Brazil Holandez*”, por outro, oficialmente a “controlada” tipografia dos rebeldes pernambucanos. Ambas as linhas convergem ao evidenciarem a necessidade tanto do governo quanto da sociedade em implantar a Imprensa em Pernambuco. Conforme Costa (1891), Carvalho (1908), Tavares (1917) e Rizzini (1988) foram necessários quase quatro séculos para a tipografia ser inaugurada em solo pernambucano e novamente contribuir para o desenvolvimento de importantes revoluções sociais – Pernambucana (1817) e do Porto (1820). Se a suposta idealização tipográfica de Mauricio de Nassau não passou de uma bem aceita solicitação pelas instâncias superiores na época do domínio holandês em Pernambuco; foi através da licença de impressão concedida à Ricardo Catanho que, sob a atmosfera revolucionária, Pernambuco ganhou sua primeira publicação impressa. E entre conceção, sequestro, proibição, encobrimento e vendas, a tipografia pernambucana foi sobrevivendo ao tempo e a evolução da sociedade. Principalmente a partir do momento em que o governo sentiu o carecimento de investir numa tipografia regular, reforçando assim, o periodismo pernambucano através da impressão de seus jornais, conforme veremos no próximo tópico.

¹ “Resolveu o governo extingui-la, ordenando por portaria de 6 de Agosto de 1825 que todo o seu material fosse recolhido ao Trem Militar ‘por ter cahido em desuso, por falta de escriptores, que por via daquele prelo instruiam o publico com os seus escriptos, sem mesmo ter continuado os dous periodicos que até então se imprimiam, e não permittir o estado dos cofres nacionaes que se continuasse a fazer a despeza de 720\$ com os empregados que alli se achavam sem nada fazer.” (Costa, 1891, p. 39-40).

3 OS PRIMEIROS JORNAIS IMPRESSOS PERNAMBUCANOS

Os primeiros jornais brasileiros nasceram por meio de publicações de pequena proporção, na maioria das vezes fascículos em formato de panfletos, tendo em vista a sua simplicidade, praticidade e rapidez em circular. Além disso, seu conteúdo era restrito às notícias inofensivas ou oficiais, atos e expediente do governo, o qual “publicava-se com Licença do Ministro da Policia, e cada numero custava oitenta réis, sendo o seu producto applicado a beneficio dos educandos do Trem Militar” (Costa, 1891, p. 35). De acordo com Rizzini (1988), essa característica de conteúdo restrito em benefício do governo, colaborou para o pouco ou nenhum desenvolvimento do periodismo no Brasil nos primeiros anos após instalação da Imprensa Régia. Consequentemente, tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia surgiram poucas publicações “que de periódico só tinham a breve sequência, faltando-lhes os mais requisitos, a principiar pelo ânimo informativo. [...] todos anónimos e empenhados em ajeitar a realza às novas ideias” (Rizzini, 1988, p. 331).

Em Pernambuco, o periodismo começou a dar seus primeiros passos poucos anos após a publicação do Correio Brasiliense e da Gazeta do Rio de Janeiro, ambos em 1808. Depois da licença tipográfica adquirida por Ricardo Catanho e em pleno fervor da Revolução Pernambucana de 1817, foi oficialmente publicado o primeiro panfleto informativo a circular em Pernambuco: “PRECISO dos sucessos, que tiveraõ lugar em PERNAMBUCO, desde a faustissima e gloriozissima Revoluãõ operada felismente na Praça do Recife, aos seis do corrente Mez de Março, em que o generozo exforço de nossos bravos PATRIOTAS exterminou daquella parte do BRAZIL o monstro infernal da tirania real”.

Segundo Costa (1891), Rizzini (1988) e Molina (2015), mais conhecido como “**Preciso**”², não é considerado com um jornal no sentido literal, mas como um manifesto impresso que simboliza o início das publicações críticas e revolucionárias, escritas, impressas e disseminadas totalmente em solo brasileiro. Diferentemente das anteriores publicações “reféns” do governo português em suas notícias “oficiosas ou inofensivas”, o Preciso se baseou no precursor jornal londrino escrito por Hipólito da Costa (Correio Brasiliense) e em Pernambuco, por meio da oficina de Catanho, disseminou os ideais revolucionários ao expor os motivos que levaram os pernambucanos a cortarem os laços com os portugueses. Assim, o panfleto

² “O documento ficou conhecido como *Preciso* – expressão tirada literalmente do francês *précis* [resumo]” (Molina, 2015, p. 331).

informativo foi publicado no dia 9 de março de 1817, escrito por um dos líderes deste movimento revolucionário, o advogado José Luiz de Mendonça.

Com o fim da Revolução Pernambucana de 1817 – apesar da forte repressão, das prisões, punições, mortes dos seus líderes e participantes, cassação da licença tipográfica, sequestro e proibição das letras impressas – houve algum progresso para uma possível “libertação da palavra escrita no país” (Rizzini, 1988, p. 328). Neste sentido, Ramires (2017, p. 137) diz que até 1821 a tipografia pernambucana “inexistiu”, acrescentando ainda que, foram alguns destes revolucionários presos os “responsáveis pelos periódicos que circularam na província no primeiro quartel do século XIX”. De acordo com Costa (1891, p. 31), os reflexos desta Revolução Pernambucana resultaram na elaboração de um projeto de lei que proclamava no artigo 25 a “liberdade de imprensa”, na Constituição que regia provisoriamente a República: “ficando porem o autor de qualquer escripto, e o impressor sujeitos a responder pelos ataques feitos a religião, a constituinte, bons costumes e caracter dos individuos, na maneira determinada pelas leis em vigor”.

Posteriormente, motivado pelos ideais liberais que sustentavam uma nova insurreição – a Revolução Liberal do Porto de 1820 – o conceito de “Imprensa Livre” ganhou impulso provocando personalidades históricas de Pernambuco a produzirem jornais, formando assim, uma espécie de “rede jornalística” na região. Deste modo, o marco inicial desse período se deu através da publicação do “**Aurora Pernambucana**”, jornal político criado pelo governador Luiz do Rego Barreto e escrito por Rodrigo da Fonseca Magalhães, que circulou entre março e setembro de 1821. O Aurora Pernambucana foi o primeiro produto impresso oriundo das instalações da Oficina do Trem de Pernambuco, construída a mando do governador Luiz do Rego. Embora estivesse sob o “manto do governo pernambucano”, porém, seu redator era Rodrigo Magalhães, liberal português de respeitada biografia (Costa, 1891)

Sob a sua direção e redação, o Aurora Pernambucana marcou a época em que se iniciou a liberdade de imprensa em Pernambuco. Marco histórico esse que concedeu à Rodrigo Magalhães o título de “fundador da imprensa pernambucana”. Deste modo, o Aurora era um jornal político descrito por Costa (1891) como uma folha oficial que tinha a finalidade de publicar atas, expediente e notícias do governo, o qual, a partir do 6º número, passou a estampar na última página que tinha sido impresso na “Officina do Trem de Pernambuco”.

Composta por 30 edições, em 10 de setembro de 1821 o Aurora Pernambucana teve sua periodicidade encerrada com a partida de Luiz do Rego e Rodrigo Magalhães para

Portugal. Assim, mesmo que suas atividades jornalísticas tivessem sido finalizadas, porém, o seu título de primeiro jornal da província inspirou a produção de outros tantos jornais que entrariam em circulação principalmente a partir de 1822.

Especificamente, o referido **“Segarrega”**³ (considerado como segundo jornal pernambucano, de 8 de dezembro de 1821) e o subsequente **“Relator Verdadeiro”** (de 13 de dezembro de 1821) marcam a transição dos trabalhos de impressão da **“Oficina do Trem de Pernambuco”** para a **“Oficina do Trem Nacional de Pernambuco”**. No ano seguinte, esta última oficina se tornou em **“Tipografia Nacional”**, tendo em vista a necessidade da junta do governo provisório de estabelecer uma tipografia regular. De acordo com Costa (1891), nesta Tipografia Nacional foram impressos outros jornais pernambucanos: **“O Marimbondo”** (primeiro jornal republicano do Brasil, em 25 de junho de 1822), **“Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco”** (em 9 de abril de 1823) e **“O Escudo da Liberdade do Brazil”** (26 de julho de 1823).

Mais adiante a Tipografia Nacional e os resquícios materiais deixados da Tipografia do Trem foram vendidos pelo governo, passando a ser administrada pela iniciativa privada, a empresa Cavalcante & Companhia. Nesta nova fase, passaram a circular a **“Gazeta Pernambucana”** (11 de setembro de 1822) e **“O Typhis Pernambucano”** (25 de dezembro de 1823). No ano seguinte, por falta de pagamento da compra da referida tipografia, resolveu o diretor da Cavalcante & Companhia, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, devolvê-la ao Trem Militar.

Novamente em posse do governo pernambucano, algum tempo depois a direção da Tipografia Nacional foi entregue ao Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, passando a se chamar **“Imprensa Nacional”** (Costa, 1891). Como principal produto impresso, a Imprensa Nacional publicou o **“Diário do Governo de Pernambuco”** (em 24 de outubro de 1824), até ser extinta por ordem de portaria publicada em 6 de agosto de 1825. Poucos meses depois, a tipografia foi adquirida pelo jornalista republicano Antonino José Miranda Falcão, passando a publicar a partir de 7 de novembro de 1825 o **“Diário de Pernambuco”**, tornando este jornal o mais antigo a circular na América Latina.

³ Segundo Ramires (2017, p. 138), a tendência política da Segarrega era a “transição entre o apoio e o questionamento às medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa”.

Diante desse histórico inicial da imprensa em Pernambuco, Ramires (2017, p. 138) faz uma relação dos primeiros jornais pernambucanos às tendências políticas da época, o qual reproduziremos a seguir:

- a) **Aurora Pernambucana** e **O Relator Verdadeiro**: “apoio às Cortes instauradas em Lisboa após a Revolução do Porto e propagação de suas medidas sem debate. Circularam antes da instauração da Junta Provisória na província”;
- b) **Segarrega**: “transição entre o apoio e o questionamento às medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa”;
- c) **O Maribondo**: “questionamento das medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa e proposta de independência e instauração de uma Assembleia Constituinte no Brasil”;
- d) **Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco** e **O Escudo da Liberdade do Brasil**: “crítica acentuada aos ministros e, com ressalvas, preservação da imagem da monarquia brasileira”;
- e) **O Typhis Pernambucano** e **Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco**: “questionamentos direcionados mais diretamente ao Imperador e à monarquia. Desejo de ruptura com o governo instaurado no Rio de Janeiro”.

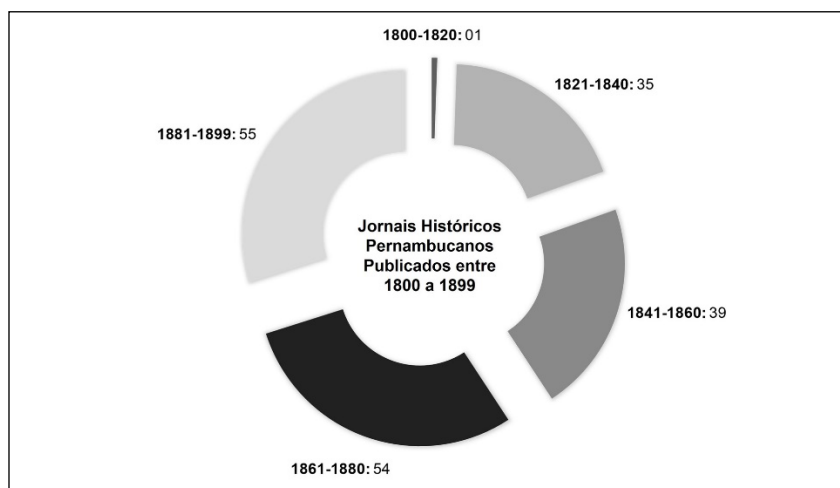
Estas tendências políticas elencadas no estudo de Ramires (2017) evidenciam os caminhos que a imprensa pernambucana seguiu ao longo do século XIX. Desta forma, a confirmação de tais tendências podem ser observadas numa análise quantitativa por meio da pesquisa de Luiz do Nascimento (1968) em seus quatorze volumes, que comprova a grande quantidade publicações de jornais e outras obras impressas no decorrer de 1821 a 1954. Na obra “História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954”, Nascimento (1962)⁴ se baseia nos “Anaes da Imprensa Periodica Pernambucana de 1821-1908”, organizado por Alfredo de Carvalho (1908), sendo este, uma das principais fontes de referência usada pelos pesquisadores da história da imprensa brasileira. Para tanto, Nascimento (1968) faz uma atualização das informações apresentadas por Carvalho (1908), expostas nos seguintes volumes: O volume 1 dedicado exclusivamente ao “Diário de Pernambuco”; nos volumes 2 e 3 concentram-se nos “Diários do Recife: 1829/1900” e “Diários do Recife: 1901/1954”; nos

⁴ Ano de publicação da primeira edição do volume 1 (Diário de Pernambuco).

volumes 4 ao 10 foram destinados aos “Periódicos do Recife”; finalmente, dos volumes 11 ao 14 reúnem os “Periódicos dos Municípios”.

Com base no compilado apresentado por Nascimento (1968), foi possível construir o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Jornais Históricos Pernambucanos Publicados entre 1800 a 1899



Fonte: Compilação feita através de Nascimento (1968, 1966, 1969, 1970, 1972).

Neste gráfico que representa uma pequena amostra quantitativa, analisamos os volumes 1, 2, 4, 5 e 6 da referida obra de Nascimento (1968, 1966, 1969, 1970, 1972). Deste modo, delimitamos a análise nas publicações entre 1821 a 1899, o qual, o volume 3 (Diários do Recife: 1901/1954) foi desconsiderado por não se encaixar nesses critérios. Delimitação está que foi necessária para fundamentar o contexto social e reforçar as tendências políticas (Ramires, 2017) que envolviam a publicação dos primeiros jornais pernambucanos.

Assim, a análise considerou somente os jornais mais conhecidos (Costa, 1891; Carvalho, 1908; Tavares, 1917; Rizzini, 1988; Martins 2002; Molina, 2015; Ramires, 2017), ou quando apresentavam em seu título e/ou subtítulo as palavras: “diário”, “jornal”, “correio”, “gazeta” e/ou “folha”. Também é válido destacar que nos volumes 4, 5 e 6 (Periódicos do Recife) quando não eram apresentadas algumas das referidas palavras e esgotadas as observações das informações descritas por Nascimento (1969, 1970, 1972), foram então considerados como “revistas”, descartando-as da análise. Por fim, a amostra se restringe aos jornais publicados na cidade do Recife, tendo em vista o estabelecido da primeira tipografia nesta capital pernambucana, bem como, ser “o maior centro de população e riqueza” (Costa 1891, p. 40).

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Em face do exposto, o Gráfico 1 estrutura-se em cinco partes: dos anos de 1800 a 1820; de 1821 a 1840; de 1841 a 1860; de 1861 a 1880; e de 1881 a 1899. Deste modo, a representação inicia-se com o “Preciso [...]”, pois embora não seja considerado um jornal, mas este panfleto informativo marca oficialmente o início das atividades tipográficas em Pernambuco. Assim, numa época em que predominava os bloqueios tipográficos e a exclusividade de impressão pela Imprensa Régia em suas publicações “inofensivas e governamentista”, o referido panfleto informativo se destacou pela disseminação de um conteúdo crítico que descrevia o desenvolvimento da Revolução Pernambucana de 1817.

Findada tal Revolução, percebe-se que nas duas décadas seguintes (1821 a 1840) foram anos de efervescência para a Imprensa Pernambucana, pois houve um aumento considerável na publicação de jornais. Neste segundo momento, a Revolução do Porto (1820) e a própria Independência do Brasil (1821) colaboraram para a constituição de uma “liberdade de imprensa”, publicando de três jornais até 1821, para trinta e cinco a partir desse ano. Foram então publicados os conhecidos jornais históricos pernambucanos: Aurora Pernambucana e Segarrega (1821), O Maribondo e Gazeta Pernambucana (1822), Sentinella da Liberdade na Guarida de Pernambuco e O Typhis Pernambucano (1823), Diário do Governo de Pernambuco (1824), Diário de Pernambuco (1825) entre outros.

Nas próximas duas décadas (1841 a 1860) houve um pequeno acréscimo nesse quantitativo, totalizando 39 jornais publicados. Já nas décadas finais (1861 a 1880) e (1881-1899) do oitocentismo, foram publicados 54 e 55 jornais respectivamente. Completando o quantitativo de 1 panfleto informativo e 183 jornais publicados em Pernambuco. Deste modo, geralmente esses primeiros jornais pernambucanos circularam em formato de 21x16cm, com quatro páginas de duas colunas (Nascimento, 1968), representam a necessidade pernambucana de disseminar informações sobre o seu cotidiano, como uma espécie de “diário do dia”. Ao analisar os volumes da obra de Luiz do Nascimento, percebe-se os jornais pernambucanos tiveram vida curta, sendo publicados em poucos números ou encerrados poucos anos após o seu início, com exceção do Diário de Pernambuco que ao longo dos seus quase 200 anos história, continua em circulação. Destarte, também é possível observar que alguns jornais encerrados voltam a circular tempos depois com o mesmo nome, como é o caso da “Aurora Pernambucana”, publicada pela primeira vez em 1821 e, posteriormente, em 1858.

Em síntese, a Imprensa Pernambucana que propiciou a manifestação do “pensamento político, que se discutia os temas de interesse público; reuniam os debates sobre as artes, sobre o teatro, e, especialmente, funcionavam como espaço para publicação de literatura na forma de prosa e poesia” (Galindo, 2022, p. 35). Ainda de acordo com Galindo (2022, p. 35), como principal produto tipográfico, os jornais pernambucanos ultrapassavam o “interesse puramente jornalístico e constitui um firme testemunho de um dos mais importantes momentos da formação da identidade nacional”. E assim, a preservação dessa identidade nacional torna-se uma necessidade urgente, que por meio de financiamento de projetos de curadoria, em uma rede colaborativa de trabalho sistemático, pode representar uma esperança para a sobrevivência da memória nacional materializada em seus jornais históricos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso apresentado nesta pesquisa evidencia a importância histórica da implantação da imprensa no Brasil, especialmente em Pernambuco, contribuindo assim, para o desenvolvimento local e nacional. Deste modo, deixando de lado a exposta hipótese que circunda a inauguração da imprensa pernambucana, o fato é que suas atividades foram oficialmente iniciadas a partir da licença de imprimir concedida pelo reino português nos fins de 1816. A partir daí, a imprensa em Pernambuco foi traçando seu caminho e se consolidando ao longo dos seus mais de duzentos anos de história.

Das primeiras publicações “oficinas e inofensivas” à benefício do governo português e pernambucano, ao panfleto crítico impresso na “Tipografia dos Revoltosos”, estes foram os alicerces para que o periodismo pernambucano passasse a existir no período oitocentista. Conforme Costa (1891), Carvalho (1908), Tavares (1917), Nascimento (1968), Rizzini (1988), Martins (2002), Molina (2015), Ramires (2017) e Galindo (2022), a liberdade de imprimir conquistada por meio da Revolução Pernambucana de 1817 e Revolução Liberal do Porto de 1820 resultaram no surgimento, encerramento e ressurgimento de mais de 180 jornais publicados entre 1800 a 1899. Esse recorte temporal comprova a necessidade da sociedade pernambucana em quebrar as correntes da ignorância e abastecer-se de informações sobre o cotidiano local e nacional, colaborando para o próprio desenvolvimento social, cultural, político, econômico etc.

Neste sentido, é válido destacar a importante contribuição holandesa através da administração de Maurício de Nassau que colaborou para o desenvolvimento cultural do “Brasil holandês” e da própria capitania de Pernambuco no século XVII. Além disso, as influências europeias na transição do século XVII para XVIII, sobretudo, com o Iluminismo, Liberalismo e Revolução Francesa foram outros contributos que culminaram para o desenvolvimento intelectual que se refletia na sociedade pernambucana. Posteriormente, após o fim do governo de Nassau e um hiato administrativo, Pernambuco voltou a ser administrada pelo governo português ainda no século XVIII que finalmente autorizou a implantação do “inventor” de Gutenberg em solo pernambucano no século XIX. Inaugurada a “inocente” prensa pernambucana, na verdade, se tornou uma necessária “arma” para o desenvolvimento da significativa Revolução Pernambucana, e, com os contributos da Revolução do Porto e a própria Independência do Brasil, fizeram as “letras impressas” se popularizarem, principalmente, através da publicação dos seus jornais.

Nesses mais de duzentos anos, a imprensa pernambucana vivenciou e noticiou diversos acontecimentos, publicando centenas de jornais impressos sob o manto da “liberdade de imprensa”, alguns dos quais, resistiram até os dias atuais, se adaptando às transformações tecnológicas. Porém, cumpre frisar que mesmo amparado por este consolidado direito, muitas oficinas tipográficas e jornais sofreram forte censura tanto do governo português quanto do próprio governo brasileiro. Além disso, sofreram com invasões às suas instalações por agentes policiais políticos com o objetivo de danificar o maquinário da gráfica, inviabilizando momentaneamente a publicação e circulação de seus jornais (Gaspar, 2004). Como também, edições que foram rasgadas, queimadas, dos danos causados ao seu patrimônio físico (época da Ditadura Militar).

Em passos conclusivos, mais do que uma constatação sobre os contributos e importância histórica da implantação da imprensa no Brasil e em Pernambuco, também permite-nos refletir sobre a necessidade da preservação da memória através dos jornais centenários, que como “raspas da história” ressurgindo das suas “cinzas memoriais”, representam assim, uma esperança para manter viva a memória brasileira. Deste modo, sugere que novas investigações sejam realizadas sobre o tema, principalmente, pela carência de pesquisas relativas à preservação da memória de jornais impressos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. **Preservação dos registros da imprensa pernambucana: o (re)surgir das suas cinzas memoriais**. 2024. 261 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55630>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- CARVALHO, Alfredo. **Annaes da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Diccionario biographico de pernambucanos celebres**. Recife: Typographia Universal, 1882. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221687>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano**, Recife, n. 39, p. 25-50, 1891.
- GALINDO, Marcos. Um futuro presente: antecedentes históricos da ciência em Pernambuco. *In*: SILVA, Ascendino; GALINDO, Marcos; PESSOA JÚNIOR, Osvaldo; VITORINO, Wanderley. **História da Física no Recife**. Recife: CEPE, 2022. p. 17-63.
- GARABEDIAN, Gabriela. **A história e evolução do jornal no Brasil**. [2021?]. Disponível em: <https://blog.accurate.com.br/a-historia-de-como-iniciou-o-jornal-no-brasil/>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- GASPAR, Lúcia. **Aurora Pernambucana (jornal)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/aurora-pernambucana-jornal/>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- GASPAR, Lúcia. **Diário de Pernambuco**. *In*: PESQUISA Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/diario-de-pernambuco-jornal/>. Acesso em: 18 fev. 2023.
- GASPAR, Lúcia. **Padre Carapuceiro (Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/padre-carapuceiro/>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- MACHADO, Regina Coeli Vieira. **Imprensa (escrita) no Nordeste**. 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/imprensa-escrita-no-nordeste/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MOLINA, Matías M. **História dos Jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1966. v. 2. (Diário do Recife, 1829/1900).

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1968. v. 1. (Diário de Pernambuco).

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1969. v. 4. (Periódicos do Recife, 1821/1850).

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1970. v. 5. (Periódicos do Recife, 1851/1875).

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1972. v. 6. (Periódicos do Recife, 1876/1900).

RAMIRES, Mário Fernandes. Tipografias e tipógrafos em Pernambuco, 1815-1824. **CLIO: revista de pesquisa histórica**, Recife, n. 35, p. 136-153, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2017.35.1.al.07>. Acesso em: 19 jun. 2023.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. Revista e Anotada por Oliveira Lima. 3. ed. Recife: Imprensa Industrial, 1917. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/33359>. Acesso em: 8 jun. 2023.